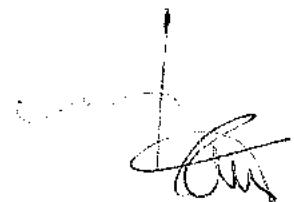


RELATÓRIO DE GESTÃO



Município de Amarante

Telefone: 255420200

Fax: 255420201

Endereço Internet: <http://www.cm-amarante.pt>

Endereço email: amarante@cm-amarante.pt

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2010

1. INTRODUÇÃO

O relatório que ora se apresenta resulta das disposições constantes da alínea b), n.º 1 do artigo 3.º e n.º 1 do artigo 47 da Lei das Finanças Locais¹ e ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais = POCAL).

Com ele pretende-se fazer uma análise das vertentes orçamental e patrimonial das contas do Município de Amarante relativas ao ano financeiro de 2010 e, bem assim, da sua evolução face aos últimos exercícios económicos.

Todavia, não podemos ficar indiferentes à conjuntura macro-económica desfavorável, com efeito sistémico, com particular incidência nos países do sul da Europa onde se inclui Portugal que obrigou à reestruturação da dívida pública do Estado e consequente aceleração do processo de consolidação orçamental.

Esta situação deu origem a uma redução nas transferências do Orçamento Geral do Estado de 966.000 euros

Todavia, conseguimos manter a nossa posição no ranking dos Municípios que cumprem as suas obrigações contratuais, sem prejudicar a nossa capacidade de financiamento para investimento com spreads aceitáveis, gozando de margem confortável de endividamento como se alcança do Quadro n.º 19.

Nestes termos,

Enumeram-se algumas das acções e projectos realizados durante o ano findo:

As Funções Sociais absorveram 71% da despesa efectuada, sendo de destacar:

- Educação:

Obteve uma taxa de execução de 41%, o que equivale a um investimento de 3.064.512,14 euros, donde se destacam:

- Conclusão da empreitada referente ao Restauro do Edifício do Ensino Pré-Primário da Escola de Roçadas, incluindo arranjos exteriores;
- Aquisição de terrenos para Centros Escolares;
- Aquisição de equipamento informático (hardware e software) para as escolas do ensino básico;
- Apoio à instalação e funcionamento e funcionamento das cantinas, incluindo aquisição de equipamentos;

¹ Aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e alterações subsequentes.

- Por recurso a administração directa efectuaram-se diversos trabalhos de reparação e montagem de mobiliário e equipamento em diversas escolas e pré-primários;
- Manutenção da autonomia financeira dos pré-escolares e escolas do 1º ciclo, dotando-as de verbas próprias para o desenvolvimento das suas actividades pedagógicas;
- Aquisição de material didáctico, combustível para aquecimento e pequenas reparações para o ensino pré-escolar.

- Habitação:

- Concessão de subsídios ao arrendamento para famílias de reduzidos rendimentos, tendo sido elaborados e apoiados 112 processos.

- Acção Social:

- Programa de Apoio ao Voluntariado Municipal, com apoio a 187 jovens universitários.

- Ordenamento do Território:

- Continuação dos trabalhos da empreitada referente ao Arranjo Urbanístico do Largo Conselheiro António Cândido e rua António Carneiro;
- Conclusão do arranjo urbanístico do Adro da Igreja em Vila Chã do Marão;
- Pavimentação do Caminho de Monte Santo até ao entroncamento da Via de Santiago, incluindo arranjos exteriores ao Cemitério em Figueiró (Santiago).
- Prestação de serviços referentes à revisão do Plano Director Municipal, incluindo prévia delimitação da REN.

- Saneamento e Abastecimento de água:

- Continuação dos trabalhos das empreitadas de execução da rede de água e saneamento nas freguesias de Freixo de Cima, Freixo de Baixo, Figueiró Sta Cristina e Figueiró Santiago, Bacia 1 e Bacia 2;
- Início dos trabalhos referentes à execução das redes de água e saneamento nas freguesias de S. Simão e da Chapa/Aboim;
- Trabalhos de remodelações e prolongamentos de redes para águas pluviais em zonas urbanas;
- Execução da rede de águas residuais no lugar de Pedreiro, freguesia de Gatão;
- Remodelação e prolongamentos de rede de abastecimento de água.

- Cultura:

- Realização do Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes;
- Remodelação do Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso;

- Conclusão dos trabalhos referente a arranjos exteriores do Espaço Contíguo ao Centro Cultural de Amarante;
- Prossecução da vasta e variada actividade cultural, com destaque para o protocolo celebrado com a Orquestra do Norte, na área da música;
- Reestruturação da rede informática e de telecomunicações do Museu e Posto de Turismo.

- Desporto, recreio e lazer:

- Construção do Polidesportivo em Murgido, Candemil;
- Conclusão da empreitada de arranjos exteriores do Pavilhão Desportivo de Vila Caiz;
- Diversas empreitadas de ampliação e grandes reparações dos recintos desportivos;
- Aquisição de mobiliário e equipamento para as instalações desportivas municipais.

As Funções Económicas absorveram 17% do total das despesas e são de destacar as seguintes acções:

- No domínio da rede viária:

- Repavimentação da EM 716 entre o limite do concelho e a linha férrea, em Ataíde;
- Repavimentação da EM 569 e EM 724, entre a rotunda da ex. EN 312, até ao cemitério, freguesia de Vila Caiz;
- Pavimentação do CM 1534, 2.ª Fase, Real.
- Repavimentação da EM 754, desde EM 573 em Vila Chã do Marão;
- Repavimentação da EM 572 entre a EM 755 e a EM 757, Lufrei;
- Repavimentação da EM 515 entre a EN 15 e EM 700, Telões;
- Pavimentação da Estrada do Mosteiro desde Outeiro de Celo à Lavandeira, Mancelos.

- No domínio do Turismo:

- Conclusão dos trabalhos da empreitada referente à execução da ecopista.

As **Outras Funções** absorveram 9% da despesa total destacando-se aqui, em abono do Princípio da Subsidiariedade, os protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia e associações municipais.

As **Funções Gerais** absorveram 3% do total das despesas, com relevo para a aquisição de diverso equipamento para modernização administrativa (renovação do parque informático) e funcionamento dos serviços, nomeadamente a aquisição de aplicações para soluções *on line*.

2. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

No ano de 2010, e em termos orçamentais, a execução financeira foi de 66%, a execução em termos físicos foi de 67% e de 80% em termos de lançamento de obras.

Todavia, tendo em conta o programa do Executivo para 2010, apesar dos desvios financeiros em termos absolutos, as grandes opções do plano para 2010 foram conseguidas pois constata-se que, em termos relativos, os valores obtidos foram sensivelmente iguais aos propostos.

Quadro nº.1 Execução Orçamental das GOP's por Funções		
Destino	Peso Relativo Previsto	Peso Relativo Executado
Funções Gerais	3%	3%
Funções Sociais	75%	71%
Funções Económicas	18%	17%
Outras funções	5%	9%

No quadro seguinte, pode-se observar a estrutura e execução das Grandes Opções do Plano (GOP's):

Quadro nº.2
Estrutura e execução das GOP'S

Objectivo Programa	Descrição	Montante Previsto	Montante Executado	Execução Financeira Anual %
1.	FUNÇÕES GERAIS	807.271,18	578.702,98	71,89%
1.1.0.	Serviços Gerais da Administração Pública	483.661,18	329.671,16	68,16%
1.1.1.	Administração Geral	483.661,18	329.671,16	68,16%
1.2.0.	Segurança e Ordem Públicas	323.610,00	249.031,80	76,95%
1.2.1.	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	323.610,00	249.031,80	76,95%
1.2.2.	Poícia Municipal			
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	23.059.454,00	10.851.559,27	47,06%
2.1.0.	Educação	7.483.500,00	3.064.512,14	40,96%
2.1.1	Ensino Não Superior	4.899.400,00	513.088,20	10,47%
2.1.2.	Serviços Auxiliares de Ensino	2.584.100,00	2.551.423,94	98,74%
2.2.0	Saúde	325.780,00	12.000,00	3,68%
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	325.780,00	12.000,00	3,68%
2.3.0	Segurança e acção sociais	129.510,00	117.770,81	90,94%
2.3.2.	Acção Social	129.510,00	117.770,81	90,94%
2.4.0.	Habitação e serviços colectivos	11.288.752,00	6.582.255,07	58,31%
2.4.1	Habitação	701.000,00	236.664,02	33,76%
2.4.2	Ordenamento do território	2.413.165,00	1.090.518,73	45,19%
2.4.3.	Saneamento	4.694.080,00	3.205.814,83	68,30%
2.4.4.	Abastecimento de Água	2.605.787,00	1.273.889,73	48,89%
2.4.5.	Resíduos Sólidos	862.240,00	775.367,73	89,92%
2.4.6.	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	12.500,00	0,00	0,00%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	3.831.912,00	1.076.021,26	28,06%
2.5.1	Cultura	1.212.492,00	810.830,11	66,87%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	2.619.420,00	264.191,14	10,09%
2.5.3.	Outras Actividades Cívicas e Religiosas			
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	5.419.225,00	2.561.146,79	47,26%
3.1.0.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca			
3.2.0.	Indústria e energia	154.500,00	31.969,60	20,69%
3.3.0.	Transportes e comunicações	3.684.225,00	1.207.550,92	32,78%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	3.684.225,00	1.207.550,92	32,78%
3.4.0.	Comércio e turismo	1.555.500,00	1.298.834,27	83,50%
3.4.1.	Mercados e Feiras	5.000,00		0,00%
3.4.2.	Turismo	1.550.500,00	1.298.834,27	83,77%
3.5.0.	Outras Funções Económicas	25.000,00	22.792,00	91,17%
4.	OUTRAS FUNÇÕES	1.595.463,82	1.360.773,96	85,29%
4.2.0	Transferências entre administrações	1.046.963,82	903.001,41	86,25%
4.3.0	Diversas não especificadas	548.500,00	457.772,55	83,46%
TOTAL GERAL		30.881.414,00	15.352.182,98	49,71%

3. ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios e critérios contabilísticos definidos pelo POCAL, de acordo com as orientações contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) e ainda nos moldes tradicionais da Contabilidade Orçamental.

A análise Orçamental e Patrimonial compreende o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010.

Importará ainda salientar a diferença que existe entre os dois tipos de contabilidade para se compreender os resultados apresentados. Assim, enquanto que a contabilidade orçamental é vista numa óptica de caixa (recebimentos/pagamentos), a contabilidade patrimonial é vista numa óptica de resultados (custos/proveitos).

3.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL

Analizando globalmente os documentos referentes à contabilidade orçamental, e referidos ao orçamento final, verificamos que no ano 2010, o orçamento registou uma taxa de execução global de 66%, com um comportamento similar entre os agregados das receitas e das despesas.

**Quadro nº.3
Síntese da Execução Orçamental**

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Receita	48.851.900,00	32.154.364,35	16.697.535,65	66%
Despesa	48.851.900,00	32.202.996,57	16.648.903,43	66%

No campo das receitas verificamos que a sua cobrança foi a descrita no quadro seguinte:

**Quadro nº.4
Síntese da Execução Orçamental da Receita**

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Correntes	23.883.107,00	22.794.823,67	1.088.283,33	95%
Capital	24.865.682,30	9.349.589,33	15.516.092,97	38%
Outras Receitas	103.110,70	9.951,35	93.159,35	10%

Pela análise do quadro constatamos que:

- a arrecadação das receitas correntes foi de 22.794.824 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 95% face ao orçamento actual;
- a arrecadação das receitas de capital registou um desempenho menos eficaz, tendo-se cobrado 9.349.589 euros, o que representa uma taxa de execução de 38%.

No que respeita aos agregados da despesa verificamos que estes apresentam um desempenho similar ao ocorrido com as receitas:

- as despesas correntes, no montante de 20.885.441 euros, registaram uma taxa de execução de 94%
- as despesas de capital apresentam uma taxa de realização de 43%.

**Quadro nº5.
Síntese da Execução Orçamental da Despesa**

					(Un.: euros)
Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução	
Corrente	22.328.121,18	20.885.441,10	1.442.680,08	94%	
Capital	26.523.776,82	11.317.555,47	15.206.223,35	43%	

Analisando os movimentos financeiros realizados na gerência de 2010, vemos que as entradas de fundos ascenderam a 35.010.440 euros, dos quais 32.154.364 euros têm origem em receitas orçamentais e 2.856.076 euros são provenientes de Operações de Tesouraria.

Considerando que a despesa global paga totalizou 35.003.781 euros, e a existência de um saldo inicial de 1.832.899 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será no valor de 1.839.559 euros.

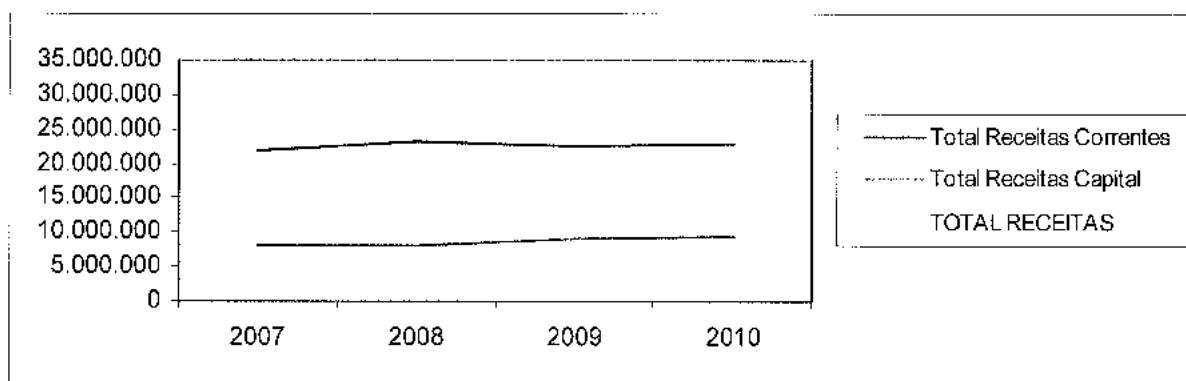
Quadro nº.6

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo transitado de 2009	496.199,40	1.336.699,87	1.832.899,27
Receitas cobradas	32.154.364,35	2.856.075,76	35.010.440,11
Despesas pagas	32.202.996,57	2.800.784,29	35.003.780,86
Saldo a transitar para 2011	447.567,18	1.391.991,34	1.839.558,52

3.1.1 RECEITAS

Quadro nº.7
Evolução da Receita por Classificação Económica

Cód.	Designação	2007		2008		2009		2010	
		Valor	Peso %	Valor	Valor	Peso %	Valor	Valor	Peso %
01	Impostos Directos	4.940.161	16,4%	5.421.876	17,3%	4.669.892	14,8%	4.546.367	14,1%
02	Impostos Indirectos	507.558	1,7%	427.034	1,4%	377.259	1,2%	537.901	1,7%
04	Taxas Multas Outras Penalidades	948.835	3,2%	909.479		867.218		926.827	2,9%
05	Rendimentos de Propriedade	1.375.168	4,6%	1.718.793	5,5%	1.427.572	4,6%	1.480.086	4,6%
06	Transferências Correntes	11.064.174	36,8%	11.620.986	37,1%	12.152.274	38,6%	11.706.028	36,4%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	2.873.054	9,5%	3.016.382	9,6%	2.854.689	9,1%	3.344.462	10,4%
08	Outras Receitas Correntes	164.671	0,5%	146.549	0,5%	187.118	0,6%	254.153	0,8%
	Total Receitas Correntes	21.873.620	72,7%	23.261.098	74,2%	22.536.021	71,6%	22.794.824	70,9%
09	Venda de Bens de Investimento	851.369	2,8%	81.061	0,3%	49.501	0,2%	153.154	0,5%
10	Transferências de Capital	6.173.772	20,5%	7.456.357	23,8%	7.171.799	22,8%	6.187.532	19,2%
11	Activos Financeiros	0		0		140.403		126.166	
12	Passivos Financeiros	830.000	2,8%	625.000	1,7%	1.533.860	4,9%	2.853.162	8,9%
13	Outras Receitas de Capital	359.055	1,2%	10.838	0,0%	55.705	0,2%	39.527	0,1%
	Total Receitas Capital	8.214.196	27,3%	8.073.257	25,8%	8.951.259	28,4%	9.359.541	29,1%
	Total das Receitas	30.087.816	100,0%	31.334.355	100,0%	31.487.280	100,0%	32.154.364	100,0%



As receitas totais atingiram o montante de 32.154.364 euros, o que significou um aumento de 667.085 euros (2,1%), relativamente ao ano anterior.

As receitas correntes atingiram o montante de 22.794.824 euros e foram alimentadas sobretudo pelos **impostos directos, transferências correntes do Orçamento do Estado e pela prestação de serviços e licenciamento de obras particulares e loteamentos**. As transferências correntes, no montante de 11.706.028 euros, representaram 51% do total das receitas correntes e respeitam, principalmente, às verbas correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação fixa no IRS. Os impostos directos constituiram 20% das receitas correntes e concorrem para este tipo de receita, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com 2.739.340 euros, o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens (IMT) com 1.074.828 euros e o Imposto Único de Circulação com 722.848 euros.

Relativamente ao ano de 2009, constata-se que as receitas correntes tiveram um acréscimo de 258.803 euros (1,1%), motivado essencialmente pelo aumento em 489.773 euros verificado na rubrica da venda de bens e prestação de serviços, no aumento em 160.643 euros na rubrica dos impostos directos e no acréscimo em 58.609 euros na rubrica de taxas, multas e outras penalidades.

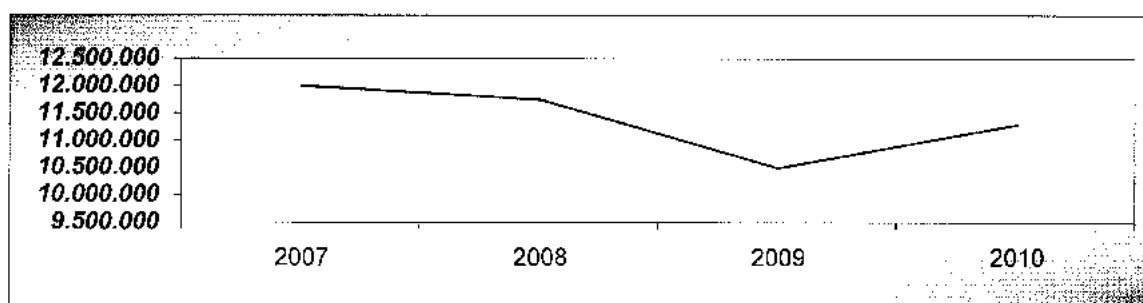
As receitas de capital atingiram o montante de 9.359.541 euros, verificando-se um acréscimo, relativamente ao ano anterior, de 408.282 euros. Tal variação foi motivada essencialmente pelo aumento referente a utilização de empréstimos bancários (na gerência de 2010 foi utilizado o montante de 2.853.162 euros e no ano de 2009 foram utilizados 1.533.850 euros).

As receitas provenientes do Orçamento do Estado representaram 46% do total das receitas, sendo 9% das outras transferências, 35% de receitas próprias e 10% de receitas de empréstimos.

Quadro nº.8
Evolução das Receitas Próprias

(Un.: euros)

Designação	2007		2008		2009		2010	
	Valor	Peso %						
Impostos Locais	5.447.718	45,3%	5.848.909	49,9%	5.047.150	48,1%	5.084.288	45,1%
Taxas Multas e Outras Penalidades	948.835	7,9%	909.479	7,8%	867.218	8,3%	925.827	8,2%
Rendi ^o . Propriedades	1.375.168	11,4%	1.718.793	14,7%	1.427.572	13,6%	1.480.086	13,1%
Venda Bens e Prestação de Serviços	2.873.054	23,9%	3.016.382	25,7%	2.854.689	27,2%	3.344.462	29,6%
Outras Receitas Correntes	164.671	1,4%	146.549	1,2%	187.118	1,8%	254.153	2,3%
Venda de Bens de Investimento	851.369	7,1%	81.061	0,7%	49.501	0,5%	153.154	1,4%
Outras Receitas de Capital	359.055	3,0%	10.838	0,1%	55.705	0,5%	39.527	0,4%
Total das Receitas	12.019.869	100,0%	11.732.012	100,0%	10.488.953	100,0%	11.281.477	100,0%



As receitas próprias, no montante de 11.281.477 euros, cresceram 792.525 euros (7,6%) relativamente ao ano anterior, e representaram 35% do total das receitas. Esta variação positiva está directamente relacionada com o aumento das vendas de bens e prestações de serviços (aumentaram 489.773 euros relativamente ao período anterior).

As receitas fiscais² atingiram o montante de 6.010.095 euros, registando um aumento de 95.727 euros (1,6%) relativamente ao ano de 2009.

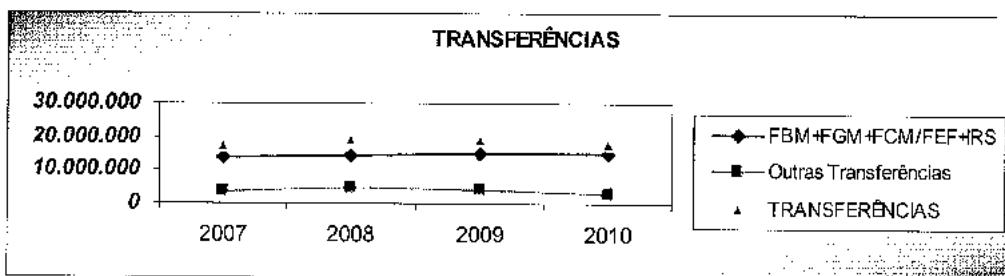
² As receitas fiscais são obtidas pelo somatório das rubricas dos impostos directos, impostos indirectos e taxas, multas e outras penalidades.

As receitas próprias de funcionamento³, com o montante de 22.947.978 euros, cresceram 1,6% face ao ano anterior.

Sendo as despesas obrigatórias⁴ de 22.544.586 euros, registe-se a capacidade líquida de auto-financiamento no montante de 403.392 euros.

**Quadro nº.9
Evolução das Transferências**

Designação	2007		2008		2009		2010	
	Valor	Peso %						
F.E.F./FGM+FCM	13.690.371	79,4%	14.374.890	75,4%	15.093.635	78,1%	14.881.325	83,2%
Outras Transferências	3.547.576	20,6%	4.702.453	24,6%	4.230.438	21,9%	3.012.235	16,8%
Total das Receitas	17.237.947	100,0%	19.077.343	100,0%	19.324.073	100,0%	17.893.560	100,0%



As transferências, com o montante de 17.893.560 euros, decresceram 1.218.203 euros (29%), em relação ao ano anterior, representando as transferências do Orçamento de Estado 83% do seu total.

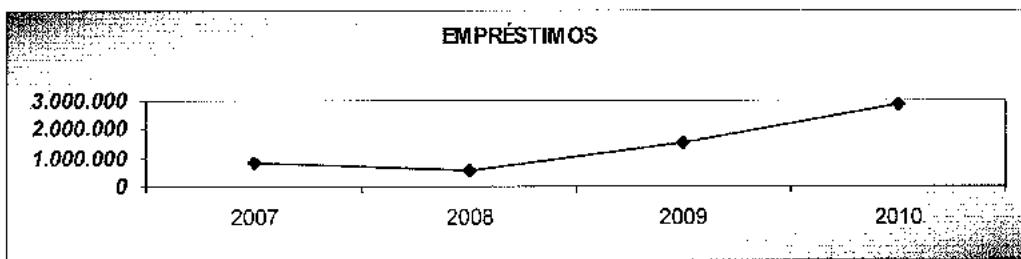
Em relação às receitas totais, as transferências contribuíram para 55% do seu valor.

**Quadro nº.10
Evolução da Utilização de Empréstimos**

Designação	2007		2008		2009		2010	
	2007	2008	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Médio e Longo Prazo	830.000		525.000		1.533.850		2.853.162	
Caixa G. Depósitos			0		400.000		350.000	
Caixa Agrícola			0		1.133.850		70.000	
BPI	830.000		525.000				2.433.162	
Curto Prazo	0		0		0		0	
TOTAL	830.000		525.000		1.533.850		2.853.162	

³ As receitas próprias de funcionamento são calculadas pelo somatório das receitas correntes com a venda de bens de investimento.

⁴ As despesas obrigatórias resultam do somatório das despesas correntes com a despesa relativa a amortizações de empréstimos.

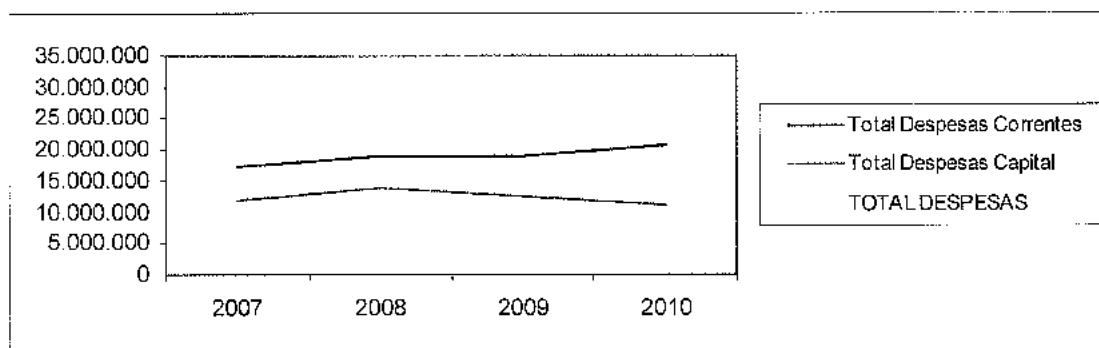


Durante o ano de 2010 utilizou-se o montante de 2.853.162 euros. É ainda de referir que o Município dispõe de empréstimos no montante de 6.258.954 euros ainda por utilizar.

3.1.2 DESPESAS

Quadro nº.11
Evolução da Despesa por Classificação Económica

Cód.	Designação	2007		2008		2009		2010	
		Valor	Peso %						
01	Pessoal	8.271.538	28,1%	8.712.746	26,5%	9.256.196	29,3%	9.291.264	28,9%
02	Aquisição Bens e Serv. Correntes	6.849.575	23,3%	7.427.156	22,5%	7.057.992	22,3%	8.976.543	27,9%
03	Encargos Correntes Dívida	556.524	1,9%	579.200	1,8%	278.309	0,9%	144.433	0,4%
04	Transferências Correntes	1.397.118	4,8%	1.519.173	4,6%	1.938.694	6,1%	1.977.103	6,1%
06	Outras Despesas Correntes	309.475	1,1%	694.702	2,1%	597.047	1,9%	496.108	1,5%
	Total Despesas Correntes	17.384.230	59,2%	18.932.977	57,5%	19.128.239	60,5%	20.885.441	64,9%
07	Aquisição Bens Investimento	7.775.451	26,6%	8.206.426	24,9%	7.842.168	24,8%	8.706.909	27,0%
08	Transferências Capital	2.131.487	7,3%	2.952.903	9,0%	2.728.466	8,6%	950.501	3,0%
09	Activos Financeiros	0	0,0%	237.372	0,7%	0	0,0%	1.000	0,0%
10	Passivos Financeiros	2.079.968	7,1%	2.609.944	7,9%	1.915.362	6,1%	1.659.145	5,2%
11	Outras Despesas de Capital	14.123	0,0%	85	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Total Despesas Capital	12.001.029	40,8%	14.006.730	42,5%	12.485.995	39,5%	11.317.555	35,1%
	TOTAL DESPESAS	29.385.259	100,0%	32.939.707	100,0%	31.614.233	100,0%	32.202.997	100,0%

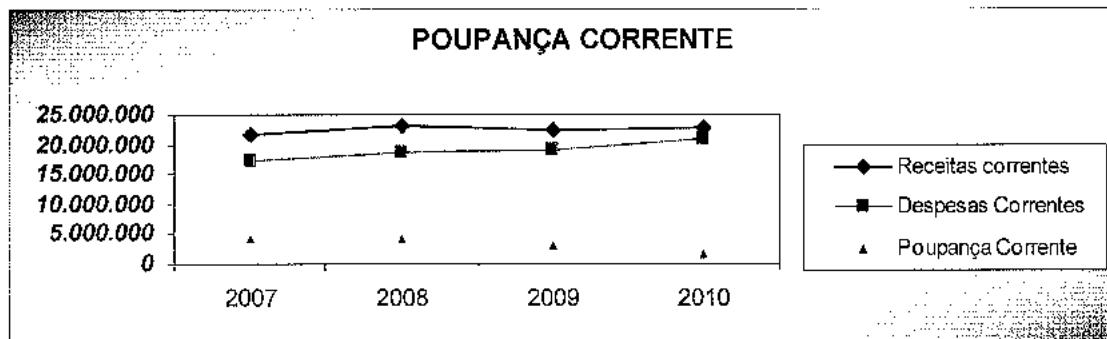


As despesas totais atingiram o montante de 32.202.997 euros, sendo as despesas correntes de 65% e as de capital de 35%. Em relação ao ano 2009, verifica-se um aumento em 588.763 euros (2%), motivada pelas rubricas de aquisição de bens e prestação de serviços, em 1.918.550 euros e da aquisição de bens de investimento, no valor de 864.742 euros.

Quadro nº.12
Evolução da Poupança Corrente

(Un.: euros)

Designação	2007	2008	2009	2010
Receita Corrente	21.873.620	23.261.098	22.536.021	22.794.824
Despesa Corrente	17.384.230	18.932.977	19.128.239	20.885.441
Poupança Corrente	4.489.390	4.328.121	3.407.782	1.909.383



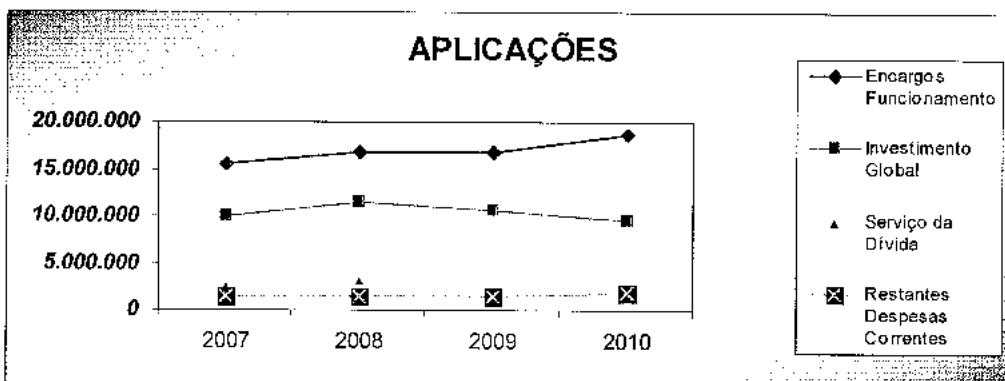
No cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, previsto no ponto 3.1.1 do POCAL, o orçamento deve prever as receitas para cobrir as despesas e as receitas correntes deverão ser pelo menos iguais às despesas correntes, permitindo encaminhar este saldo corrente para o financiamento de investimentos municipais.

Em 2010, a poupança corrente gerada no Município cifrou-se em 1.909.383 euros e apesar de um decréscimo no montante de euros relativamente ao período anterior, conseguiu-se financiar 17% das despesas de capital.

Quadro nº.13
Evolução da Despesa por Agregados Económicos

(Un.: euros)

Designação	2007		2008		2009		2010	
	Valor	Peso %						
Encargos de Funcionamento	15.430.588	52,5%	16.834.604	51,1%	16.911.235	54,2%	18.763.905	58,3%
Pessoal	8.271.538	28,1%	8.712.746	26,5%	9.256.196	29,7%	9.291.254	28,9%
Aquisição Bens e Serv. Correntes	6.849.575	23,3%	7.427.156	22,5%	7.057.992	22,6%	8.976.543	27,9%
Outras Despesas Correntes	309.475	1,1%	694.702	2,1%	597.047	1,9%	496.108	1,5%
Investimento Global	9.921.060	33,8%	11.396.786	34,6%	10.570.633	33,9%	9.658.411	30,0%
Investimento Directo	7.775.451	26,5%	8.206.426	24,9%	7.842.168	25,1%	8.706.909	27,0%
Transferências Capital	2.131.487	7,3%	2.952.903	9,0%	2.728.466	8,7%	950.501	3,0%
Outras Despesas de Capital	14.123	0,0%	85	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Activos Financeiros	0	0,0%	237.372	0,7%			1.000	0,0%
Serviço da Dívida	2.636.493	9,0%	3.189.144	9,7%	2.193.671	7,0%	1.803.577	5,6%
Juros	556.524	1,9%	579.200	1,6%	278.309	0,9%	144.433	0,4%
Amortização	2.079.068	7,1%	2.609.944	7,9%	1.915.382	6,1%	1.659.145	5,2%
Restantes Despesas Correntes	1.397.118	4,8%	1.519.173	4,6%	1.938.894	4,9%	1.977.104	6,1%
Juntas de Freguesia	270.997	0,9%	343.800	1,0%	442.311	1,1%	416.920	1,3%
Associações Municipais	1.126.121	3,8%	1.175.373	3,6%	1.496.383	3,8%	1.560.184	4,8%
TOTAL DESPESAS	29.385.259	100,0%	32.939.707	100,0%	31.614.233	100,0%	32.202.997	100,0%



1) ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO

Os encargos de funcionamento com o montante de 18.763.905 euros, cresceram 1.852.670 euros (11%) relativamente ao ano de 2009, e representaram 58% do total das despesas do município.

a) ENCARGOS COM PESSOAL

Os encargos com pessoal, no montante de 9.291.254 euros (29% do total das despesas), cresceram 35.058 euros (0,4%) relativamente ao ano anterior.

Este aumento foi motivado, essencialmente, pelos encargos decorrentes da contratação de docentes para leccionar nas áreas do ensino do Inglês, Música e Actividade Física, à actualização salarial e aos encargos obrigatórios do Município relativos a despesas de saúde e segurança social dos funcionários.

Em termos de pessoal com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, e constante do mapa de pessoal no final do ano, foram contabilizados 626 colaboradores.

Recorreu-se aos trabalhadores inscritos no I.E.F.P através dos Programas – Trabalhadores sem meios de subsistência, Programa Qualificação Emprego e Vida-Emprego -, tendo sido obtida uma receita de 119.619,16 euros.

Importa ainda referir que as receitas obtidas da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) para as auxiliares de acção educativa e docentes foram de 831.955,57 euros.

O trabalho extraordinário, no montante de 136.456 euros, deveu-se essencialmente ao serviço de recolha de resíduos sólidos, transportes escolares, avarias de água e reparações, bem como ao apoio na realização de actividades culturais e funcionamento das instalações desportivas.

Relativamente ao desempenho de alguns serviços de atendimento, é possível apresentar os dados constantes do quadro seguinte.

Quadro nº.14
Evolução de indicadores de desempenho de alguns serviços municipais

Designação	2007	2008	2009	2010
Departamento de Urbanismo				
Nº. de notificações	4.246	5.271	4.460	5.544
Licenças de edificação	492	461	313	284
Autorizações de utilização	667	478	458	333
Nº. de processos administrativos recepcionados para as mais diversas operações urbanísticas	551	457	1.101	2.005
Nº. de pedidos de informação prévia de loteamento	2	47	36	
Nº. de pedidos de certidão de destaque	53	27	67	55
Nº de certidões diversas	334	331	246	467
Nº. de horários de funcionamento	148	117	117	161
Sector Administrativo de águas e saneamento				
Instalação de novos contadores de água	1139	1371	1265	1479
Substituição de contadores de água	197	269	205	238
Desligação de contadores de água	755	777	1091	795
Nº. de requisições para ligações à rede pública de água	322	380	358	235
Nº. de requisições para ligações à rede pública de saneamento	208	254	261	243
Nº de pedidos de esvaziamento de fossas sépticas	490	517	591	587
Nº. de mudanças de sítio de contadores	12	14	15	12
Novas ligações à rede pública de saneamento	804	882	931	962
Desligações à rede pública de saneamento	458	493	496	634
Repartição de contencioso e património				
Nº de processos de execução fiscal	8688	8895	14489	29169
Nº de processos de execução fiscal liquidados	4564	3270	3374	10279
Nº de contratos	522	682	109	87
Nº de processos de contra-ordenação	3054	1647	2012	322
Nº de bens inventariados	6709	6396	6065	844
Nº. de requisições internas	6276	4377	4018	6180
Nº. de processos de aquisição	4001	4228	3833	4410
Nº. de notas de encomenda	4.246	5.271	4.460	4400

Em conclusão: o montante global de despesas com o pessoal, efectuado pelo Município ascendeu a 9.291.254 euros, representando 41% do total das receitas correntes do ano anterior.

b) AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A aquisição de bens e serviços, com o montante de 8.976.543 euros, aumentou 1.918.550 euros (27%) relativamente ao ano de 2009.

Com o objectivo de melhor explicitar estas despesas, importa individualizar algumas das rubricas da aquisição de bens e serviços.

Assim, os transportes escolares consumiram 1.698.103 euros; as matérias-primas registaram um valor de 418.115 euros, os encargos correntes com as instalações municipais (electricidade, água, condomínios, etc) cifraram-se em 1.127.842 euros, os trabalhos especializados totalizaram 577.853 euros; os estudos e consultadoria foram de 25.704 euros; os seguros de viaturas e de outros bens tiveram um encargo de 109.165 euros; as comunicações atingiram o montante de 241.937 euros, os encargos de cobrança de receitas registaram um montante de 198.702 euros e os consumos de secretaria foram de 63.284 euros.

c) OUTRAS DESPESAS CORRENTES

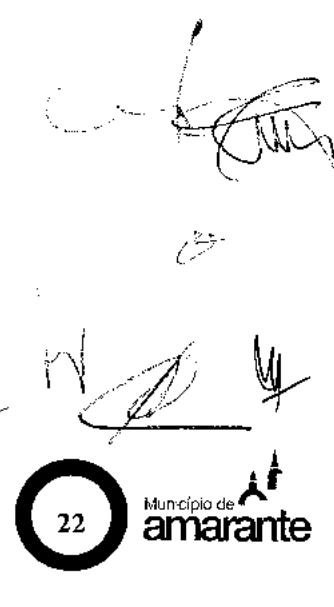
A rubrica Outras Despesas Correntes, com o montante de 496.108 euros, diminuiu 100.939 euros (17%) em relação ao ano de 2009. Saliente-se, neste agregado, o montante de 94.288 euros em restituições; 198.537 euros em realizações de interesse municipal, 80.777 euros em pagamentos de IVA e 64.125 euros com indemnizações.

2) INVESTIMENTO GLOBAL

O investimento global foi de 9.658.411 euros, tendo diminuído 912.222 euros (8,6%) em relação ao ano de 2009.

a) INVESTIMENTO DIRECTO

O investimento directo da Autarquia, no montante de 8.706.909 euros, aumentou 864.742 euros (11%) relativamente ao ano anterior e a sua desagregação pelas diferentes rubricas está evidenciada no quadro seguinte.



Quadro nº.15
Desagregação do Investimento Directo

Objectivo	Valor	Peso	(un.: euros)
Reparação e beneficiação	19.603,70	0,2%	
Instalações de serviços	72.141,33	0,8%	
Instalações desportivas e recreativas	137.379,58	1,6%	
Creches	217.852,50	2,5%	
Escolas	165.712,99	1,9%	
Viadutos, arruamentos e obras complementares	2.275.268,53	26,1%	
Esgotos	2.170.851,21	24,9%	
Illuminação Pública	31.969,60	0,4%	
Captação, tratamento e distribuição água	1.245.914,61	14,3%	
Viação Rural	242.315,40	2,8%	
Sinalização e trânsito	35.962,06	0,4%	
Cemitérios		0,0%	
Outras construções	1.422.544,54	16,3%	
Outros edifícios	209.946,01	2,4%	
Equipamento informático	14.407,87	0,2%	
Software informático	32.701,30	0,4%	
Equipamento de transporte	130.340,73	1,5%	
Equipamento básico		0,0%	
Ferramentas e utensílios	13.046,13	0,1%	
Artigos e objectos de valor	26.500,00	0,3%	
Investimentos incorpóreos	26.489,63	0,3%	
Equipamento administrativo	14.415,95	0,2%	
Maquinaria e equipamento	145.569,15	1,7%	
Outras construções e infra-estruturas		0,0%	
Outros investimentos	55.976,65	0,6%	
TOTAL	8.706.909,47	100,0%	

b) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As transferências de capital para as Juntas de Freguesia, Associações Municipais e Instituições atingiram o montante de 950.501 euros, representando um decréscimo de 1.777.964 euros (65%), em relação ao ano de 2009.

3) SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida bancária atingiu o montante de 1.803.577 euros, diminuindo 390.094 euros (18%) relativamente ao ano anterior.

O montante global representou 6% do total da despesa e 12% do total recebido com o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e da participação fixa no IRS.

4) RESTANTES DESPESAS CORRENTES:

As restantes despesas correntes, no montante de 1.977.104 euros, cresceram 38.410 euros (2%), em relação ao ano anterior, sendo que 416.920 euros foram para as Juntas de Freguesia e 1.560.184 euros para as Associações Municipais.

3.1.3 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1. Endividamento Municipal

Quadro nº 16 Cálculo do Endividamento Líquido			
		Saldo devedor	Saldo credor
		Saldo líquido	Saldo líquido
1 DISPONIBILIDADES		1.839.558,52	
11 Caixa		1.208,86	
12 Depósitos em Instituições financeiras		1.838.349,66	
2 TERCEIROS		1.690.963,75	24.143.130,77
21 Clientes, contribuintes e utentes		858.195,54	0,00
211 Clientes, c/c			
212 Contribuintes, c/c		36.829,11	
213 Utentes, c/c		248.075,52	
217 Clientes e utentes c/ cauções			
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa		573.290,91	
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
22 Fornecedores		0,00	27.072,22
221 Fornecedores, c/c			27.072,22
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência			
229 Adiantamentos a fornecedores			
23 Empréstimos obtidos		10.427.655,92	
231 Em moeda nacional		10.427.655,92	
2311 De curto prazo		0,00	
23111 Empréstimos bancários			
23112 a 23119 (...)			
2312 De médio e longo prazo		10.427.655,92	
23121 Empréstimos bancários			10.427.655,92
23123 Outros empréstimos obtidos			
24 Estado e outros entes públicos		202.477,86	
25 Devedores e credores pela execução do orçamento		0,00	0,00
251 Devedores pela execução do orçamento			
252 Credores pela execução do orçamento			
26 Outros devedores e credores		36.252,24	1.652.216,80
261 Fornecedores de imobilizado		0,00	1.651.248,69
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c			195.340,03
2612 a 2617 (...)			1.448.904,07
2618 Facturas em recepção e conferência			7.004,59
262 Pessoal			
263 Sindicatos			968,11
264 Administração autárquica		0,00	0,00
268 Devedores e credores diversos		36.252,24	
269 Adiantamentos por conta de vendas			
27 Acréscimos e diferimentos		796.515,97	11.833.707,97
271 Acréscimos de proveitos		731.457,53	
272 Custos diferidos		65.058,44	
273 Acréscimos de custos			1.007.159,27
274 Proveitos diferidos			10.826.548,70
2741 a 2744 (...)			
2745 Subsídios para investimentos*			10.826.548,70
2748 Diferenças de câmbio favoráveis			
2749 Outros proveitos diferidos*			
4 IMOBILIZAÇÕES		894.032,30	
41 Investimentos financeiros		894.032,30	
411 Partes de capital		894.032,30	
	TOTAL	4.424.554,57	24.143.130,77
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		4.424.554,57	13.316.582,07

O endividamento líquido municipal atingiu, no final do ano de 2010, o valor de 8.892.028 euros e é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros. É de salientar que, e segundo orientações da Direcção Geral do Orçamento e da Direcção-Geral das Autarquias Locais, para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749, e dai que, no quadro acima, o total considerado para o cálculo do endividamento líquido reflecta as mencionadas orientações.

No final do ano de 2010, a dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo atingia o montante de 10.427.656 euros verificando-se que o total de 1.571.104 euros está excepcionado dos limites de endividamento municipal (artº. 39º da lei das Finanças Locais).

Em termos de situação de endividamento em 31/12/2010, e em síntese, temos a seguinte situação:

Quadro nº17
Apuramento da situação de endividamento em 31/12/2010

	(un.: euros)
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	10.427.655,92
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	8.892.027,50
CONTRIBUIÇÃO AM,SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	29.259,47
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	1.571.103,64
EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	8.866.552,28
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	7.350.183,33

Os limites ao endividamento municipal, para o ano de 2010, obedecem ao estipulado no artº 39º da Lei das Finanças Locais e encontram-se descritos no quadro seguinte.

Quadro nº.18
Limites ao endividamento municipal - 2010

	(un.: euros)
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	1.934.879,70
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	19.348.796,96
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	24.185.996,20

Perante o acima exposto relativo ao endividamento municipal, resulta que, no final do ano 2010, os limites referentes ao montante máximo para a dívida referente a empréstimos, quer de curto prazo, quer de médio e longo prazo e ao endividamento líquido total, tal como definidos na Lei das Finanças Locais, atingiram valores muito distantes do máximo permitido.

**Quadro nº.19
Situação face aos limites - 2010**

ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Margem	1.934.879,70
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Margem	10.492.244,68
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Margem	16.835.812,87

3.2 ANÁLISE PATRIMONIAL

3.2.1 Balanço e Demonstração de Resultados

BALANÇO

ESTRADA

MUNICÍPIO DE AMARANTE

ANO 2010
PÁG. 1

CÓDIGO CNS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N		N + 1	
		A0	A/P	A0	A1
	Imobilizado:				
431	Bens de domínio público	199.515,30		199.515,30	199.515,30
432	Terras e recursos naturais				
433	Edifícios	32.335.366,74	8.976.793,52	32.335.366,72	21.190.091,66
435	Outras construções e infra-estruturas				
439	Bens do património histórico, artístico e cultural				
445	Outros bens de domínio público	15.336.232,15		15.336.232,15	12.352.563,85
449	Imobilizações em curso				
456	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalações				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	581.261,11	504.743,25	62.512,86	129.421,61
433	Propriedade industrial e outros direitos	408.201,63	366.811,02	41.233,60	62.191,91
439	Outras imobilizações incorpóreas				
443	Imobilizações em curso	355.847,72		355.847,72	335.731,89
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	Imobilizações corpóreas				
421	Terras e recursos naturais	13.750.295,14		13.750.295,88	13.100.176,61
422	Edifícios e outras construções	57.340.124,10	9.317.963,41	47.622.355,92	42.309.911,38
423	Equipamento básico	3.380.204,32	3.113.371,10	761.832,92	931.201,91
424	Equipamento de transporte	2.259.552,73	1.594.631,98	681.910,11	761.639,66
425	Ferramentas e utensílios	224.203,21	205.612,98	18.536,26	20.141,05
426	Equipamento administrativo	302.995,22	655.191,31	137.810,91	191.725,89
427	Terrenos e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	2.828.481,40	1.611.361,33	817.119,01	890.345,01
432	Imobilizações em curso	6.354.123,63		6.354.123,63	5.108.479,46
446	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação	394.032,30		394.032,30	393.032,31
414	Investimentos em imóveis	417.842,35	54.109,10	563.734,05	615.184,43
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	102.312,10		102.312,00	102.312,02
		1.414.246,45	54.109,10	1.561.136,35	1.610.595,13
	Circulante:				
56	Existências:				
56	Materias Primas, subprodutos e de consumo	59.507,73		59.507,73	51.269,31
58	Produtos e trabalhos em curso				
59	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
60	Produtos acabados e intermediários				
62	Mercadorias				
63	Adiantamentos por conta de compras	59.507,73		59.507,73	51.269,31

BALANÇO

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE AMARANTE

ANO 2010
Pág. 2

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N		N - 1	
		AB	M/P	AL	AN
Dívidas de terceiros - Muito e longo prazos(a)					
23	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
231	Emprestimos concedidos				
232	Clientes c/c				
232	Contribuintes c/c				
233	Utentes c/c				
238	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança dívidosa				
231	Devedores pela execução do orçamento				
239	Ajustamentos a fornecedores				
2610	Ajustamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Entidades e outras entes públicos				
264	Administração autárquica				
262/263/267/268	Outros devedores	211.597,17		217.537,87	211.866,37
		1.475.793,41	(28.484,11)	647.338,47	162.141,16
Títulos negociáveis:					
151	Ações				
152	Obrigações e títulos da participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
14	Outras aplicações da tesouraria				
Depósitos em instituições financeiras e Caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras	1.835.343,66		1.833.119,46	1.132.213,42
11	Caixa	1.263,16		1.208,86	627,65
		1.836.606,82		1.833.328,32	1.132.899,01
Acréscimos e diferimentos:					
271	Acréscimos de provisões	731.457,53		731.457,53	539.761,32
272	Diferimentos	65.063,44		65.158,44	61.921,51
		796.515,97		796.515,97	601.110,86
	Total da amortização		26.706.674,11		
	Total da provisões		(28.484,11)		
	Total da activo	112.246.001,61	27.219.158,65	315.023.448,79	112.182.324,61

CÓDIGO IAS CONTAS	FONTE	FONDO PRÓPRIO E BEM VIVO	PERÍCLOS	
			N	Y - 1
	Pfundos próprios:			
51	Património		80.501.896,21	79.371.702,43
55	Ajustamento de partes de capital em empresas			
56	Reservas da reavaliação			
	Reservas:			
571	Reservas legais		1.910.546,26	1.879.695,96
572	Reservas constitucionais			
573	Reservas contábeis			
574	Reservas livres			
575	Subsidios		1.630.321,24	1.430.321,24
576	Desaptes		2.065.136,10	2.165.136,12
577	Reserva decorrente de transferências de activos			
59	Resultados translado			
38	Resultado líquido em exercício		4.334.512,58	1.817.006,04
			90.704.372,39	86.369.859,61
	PASSIVO:			
292	Provisão para encargos e encargos			
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
2312	Empréstimos de N/L prazo		16.427.655,92	9.233.638,52
2613	Fornecedores em sistema de locação financeira		364.124,57	174.153,65
			16.733.130,49	9.401.792,17
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo			
2311	Empréstimos de curto prazo		27.072,22	216.725,39
259	Abonamentos por conta de vendas			
221	Fornecedores c/c			
226	Fornecedores - Facturas em recuperação e conferência			
251	Credores pelo exercício do pagamento			
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
2411	Fornecedores de imobilizado c/c			
24	Estado e outros entes públicos			
264	Administrador autárquico			
2618+262+243+267+	Outras credoras			
1412	Fornecedores de imobilizado c/ garantias			
			1.752.937,94	5.122.896,16
	Arreádios e diferenças:			
273	Arreádios de custos		1.007.159,27	989.331,66
274	Provisão diferenças		10.824.516,70	30.292.443,91
			11.833.107,97	31.281.775,10
	Arreádios e diferenças:			
273	Arreádios de custos			

BALANÇO

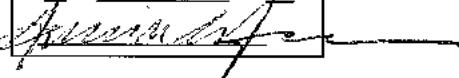
ENTIDADE

MUNICÍPIO DE AMARANTE

ANO 2010
PAG. 3

CÓDIGO Das CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		X	X - 1
274	Proventos diferidos		
	Total de passivo	24.324.476,40	23.912.466,63
	Total dos fundos próprios e do passivo	115.059.610,79	112.182.324,63

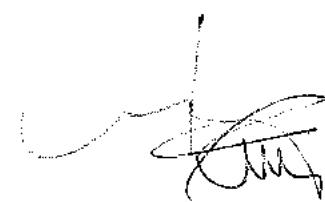
O cedente EXECUTIVO
Em _____ de _____

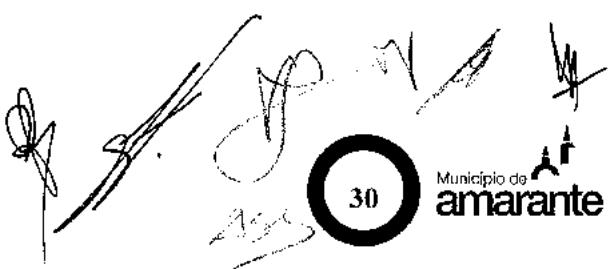


O cedente DELIBERATIVO
Em _____ de _____ de _____



2





DIMINUIÇÃO DE RISCOS

THE END

ESTRATEGIA DE INVESTIMENTO

Japetus - Dazzle

330 3000
P&G - 1

Código de Contas	Exercício			
	N	N - 1		
61 CUSTOS E PERDAS				
611 CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATERIAS CONSUMIDAS:				
6111 MERCADORIAS	924.623,23	926.126,21	150.697,15	851.697,15
6112 MATERIAIS		7.797.160,81		1.114.701,23
612 FORNECEDORES E SERVIÇOS EXTERNOS:				
6121 CUSTOS COM O PRESTADOR:				
61211 REMUNERAÇÕES	3.535.345,15		7.653.810,19	
61212 ENCARGOS SOCIAIS	3.670.511,12	9.205.156,91	1.679.244,95	9.313.085,04
6122 TRANSFERÊNCIAS E SUBS. CORRENTES CONCEDIDAS E PRESTAÇÕES SOCIAIS		1.801.169,84		1.840.214,44
6123 IMORTIZAÇÕES DE EXERCÍCIO		3.3(2.508,45		3.203.257,21
6124 PROVIMENTOS DO EXERCÍCIO		37.810,74		11.448,63
6125 OUTRAS CUSTOS OPERACIONAIS		23.492,12		12.411,51
613 CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	23.097.141,18	133.136,02		22.754.025,72
614 CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	23.257.165,21	1.643.530,25		23.045.395,02
615 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	24.303.215,45	4.321.512,51		26.041.411,24
616 PROVENTOS E GANHOS	28.633.326,01			21.860.411,28
6161 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:				
61611 Venda de mercadorias	32.863,41		45.753,21	
61612 Venda de produtos	1.741.244,30		2.342.187,95	
6162 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1.036.090,52	4.813.106,23	1.630.356,10	4.233.201,38
6163 IMPOSTOS E TAXAS		4.813.106,23		
6164 VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO		5.866.206,61		4.251.201,36
6165 TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				5.623.421,27
6166 PROVENTOS SUPLEMENTARES		456,01		
6167 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS		17.134.376,21		11.315.041,33
6168 OUTROS PROVENTOS E GANHOS OPERACIONAIS		132.186,31		70.003,69
617 PROVENTOS E GANHOS FINANCEIROS	27.965.921,63	8.309,35		21.392.926,31
618 PROVENTOS EXTRACCIONÁRIOS	27.915.436,95	664.911,08		21.431.631,10
619 PROVENTOS E GANHOS	28.633.326,01			21.860.411,28
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	4.869.474,42	4.631.300,43	
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-151.526,61	-251.264,81	
	Resultados Correntes: (E - C)	4.317.548,75	4.384.635,69	
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	4.338.512,51	4.012.006,84	

Resumo: Resultados Operacionais: R\$ - N
 Resultados Financeiros: D - E_d - C - N
 Resultados Correntes: D - C
 Resultado Líquido do Exercício: E - E_d

$$\ln \frac{f_0}{f} = \frac{G \rho \pi r^2 h}{2} - \frac{1}{2} \ln \left(\frac{r^2}{r_0^2} \right)$$

O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados relevam a situação patrimonial e financeira do Município de Amarante em 31/12/2010, em conformidade com os princípios contabilísticos e normas vigentes constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com a redacção dada por todas as alterações introduzidas.

Da análise das demonstrações financeiras constata-se que o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 evidencia um total de 115.028.849 euros e um total de fundos próprios de 90.704.372 euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 4.334.513 euros, devidamente explicitado na Demonstração de Resultados e donde se extrai também o total de 28.639.728 euros de proveitos e ganhos e 24.305.215 euros de custos e perdas.

3.2.2 ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras e demais anexos relativos às contas do exercício de 2010 do Município de Amarante foram efectuados segundo as normas e princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e preparadas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Amarante.

A numeração utilizada corresponde à que consta do referido diploma, sendo que os números em falta não se aplicam ou não existe informação a prestar.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Identificação: Município de Amarante

Número de Identificação Fiscal: 501102752

Endereço: Alameda Teixeira de Pascoaes - 4600-011 Amarante

amarante@cm-amarante.pt

Regime financeiro: - POCAL – Dec.Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro; Dec.Lei n.º 315/2000 de 2 de Dezembro e Dec.Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril;

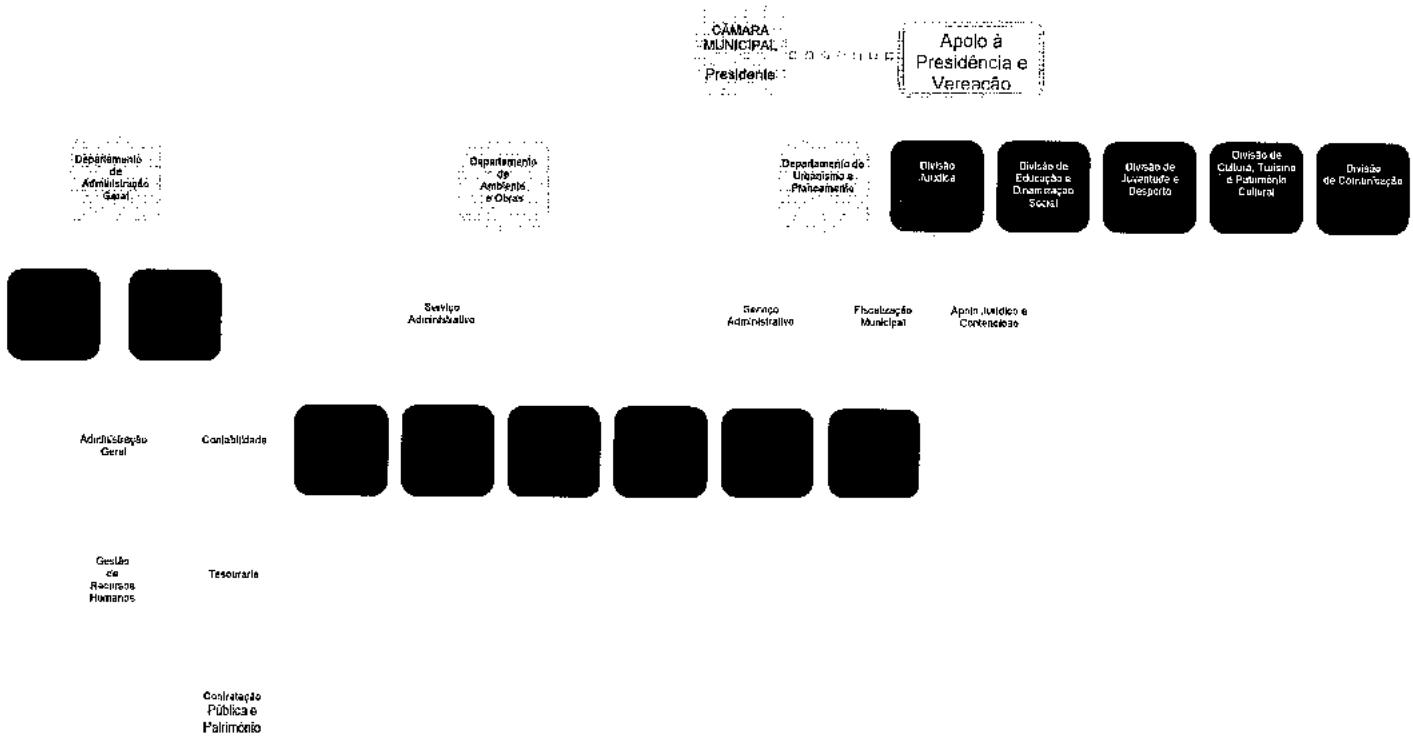
- Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

1.2 Legislação aplicável na constituição, orgânica e funcionamento:

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e Lei n.º 159/99, de 14 Setembro e Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

1.3 Estrutura Organizacional Efectiva:

A estrutura organizacional, e de acordo o Regulamento aprovado em Assembleia Municipal de 18/12/2010 e publicado na IIª Série do D.R. n.º 253 de 31/12/2010, define-se da seguinte forma:



Órgão Deliberativo: Assembleia Municipal

Órgão Executivo: Câmara Municipal

1.4 Descrição sumária das actividades:

Nos termos do artigo 13º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Acção Social;
- i) Habitação;
- j) Protecção Civil;
- l) Ambiente e saneamento básico
- m) Defesa do Consumidor
- n) Promoção do desenvolvimento
- o) Ordenamento do território e urbanismo
- p) Polícia Municipal
- q) Cooperação externa

1.5 Recursos Humanos:

Presidente: Armindo José da Cunha Abreu

Vereadores: Abel António de Guimarães Coelho

Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente

Carlos Gonçalo Teixeira Pereira

Hélder José Magalhães Ferreira

José Luís Gaspar Jorge

António Ferreira Soares Araújo

Jorge José de Magalhães Mendes

Maria José Quintela Ferreira Castelo Branco

Número de Membros da Assembleia Municipal: 81

Número de funcionários em 2010/12/31: 626

1.6 Organização Contabilística:

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada.

Os registos e demais procedimentos são efectuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e obedecem ao Sistema de Controlo Interno aprovado em Reunião do Executivo de 03/09/2001.

Os serviços municipais estão informatizados desde 01/01/1995, respeitando todas as aplicações informáticas o disposto na legislação em vigor e sendo a empresa prestadora do serviço a Medidata, Sistemas de Informática e Engenharia, SA.

2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogados e dos respectivos efeitos no balanço e demonstrações de resultados.

O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados relevam a situação patrimonial e financeira do Município de Amarante em 31/12/2010, em conformidade com os princípios contabilísticos e normas vigentes constantes do POCAL.

2.2 Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas de balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

2.3 Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor

a) Imobilizações

- o imobilizado corpóreo está registado ao custo de aquisição ou de produção, e inclui o IVA suportado sem direito a dedução.

- as imobilizações em curso estão valorizadas ao custo de construção, segundo a facturação parcial, incluindo o IVA suportado e que não confere direito à dedução;

- os investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição;

- o cálculo das amortizações foi efectuado pelo método das quotas constantes e com base nas taxas normais e anuais definidas no Classificador Geral anexo à Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril;

b) Existências

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição e os métodos de custeio das saídas de armazém adoptados foram o custo específico ou o custo médio ponderado, sendo que no final do ano atingiam o montante de 59.508 euros.

c) Terceiros

A classe de terceiros engloba as operações derivadas de relações com terceiros atendendo simultaneamente às diferentes espécies de entidades e às diversas naturezas de operações.

A rubrica de Dívidas de Terceiros regista o montante de 1.075.793 euros, sendo que a rubrica dos clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa atingiu o montante de 573.291 euros.

No que concerne à rubrica Dívidas a Terceiros, distinguiu-se a dívida de curto prazo, no montante de 1.756.988 euros, da exigível a médio e longo prazo, no valor de 10.733.780 euros, procedendo-se ainda, no caso da dívida de curto prazo, à desagregação da dívida pelos vários tipos de fornecedores, pelo Estado e outros entes públicos e outros devedores e credores; e no

caso da dívida a médio e longo prazo à discriminação da parcela respeitante a Empréstimos Bancários e a bens adquiridos em regime de locação financeira.

d) Disponibilidades

O montante de 1.839.559 euros inclui as disponibilidades imediatas, nomeadamente, 1.209 euros em caixa e 1.838.350 euros em depósitos em instituições financeiras, sendo de notar que este valor total das disponibilidades não reflecte as diferenças detectadas na reconciliação bancária das diversas contas, no montante de 398.970,70 euros.

Os depósitos em instituições financeiras apresentavam a desagregação seguinte:

Banco	Un:euros
Banco Espírito Santo	17.782,95
Banco Português de Investimento	7.104,83
Banco Santander Totta	3.969,95
Millennium BCP	2.320,13
Caixa Geral de Depósitos	1.396.912,85
Montepio	5.212,88
Banif	4.558,62
Crédito Agrícola	199,97
Finibanco	1.316,78
TOTAL	1.439.378,96

e) Acréscimos e diferimentos

A Câmara Municipal de Amarante registou os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Os subsídios para investimento associados a activos amortizáveis (Fundos Comunitários e Protocolos com a Administração Central) foram registados na rubrica Proveitos Diferidos. O montante do subsídio ao investimento reconhecido anualmente como proveito é calculado com base nas amortizações dos bens subsidiados.

2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço expressas em moeda estrangeira

O Município de Amarante não tem rubricas expressas em moeda estrangeira.

2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afectado:

O resultado do exercício refere-se ao período Janeiro a Dezembro de 2010.

2.7 Activo Bruto, Amortizações e Provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões são o que se discrimina nos quadros seguintes:

Amortizações e Provisões

(un.: euros)

Designação	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	7.373.662,50	1.603.131,02		8.976.793,52
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
	7.373.662,50	1.603.131,02	0,00	8.976.793,52
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	436.118,11	68.630,14		504.748,25
Propriedade industrial e outros direitos	360.779,51	46.595,88	40.495,36	366.880,03
Outras imobilizações incorpóreas				
	796.897,62	115.226,02	40.495,36	871.628,28
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	8.802.496,60	917.940,50	2.468,62	9.717.968,48
Equipamento básico	2.887.592,20	238.042,52	12.263,62	3.113.371,10
Equipamento de transporte	1.437.865,32	139.251,20	2.484,54	1.574.631,98
Ferramentas e utensílios	195.334,24	10.278,71		205.612,95
Equipamento administrativo	651.749,82	103.204,05	89.759,56	665.194,31
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	1.450.349,23	175.834,43	14.818,27	1.611.365,39
	15.425.387,41	1.584.551,41	121.794,61	16.888.144,21
De investimentos financeiros				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis:	47.747,48	6.360,62		54.108,10
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras				
Titulos da dívida pública				
Outros títulos				
	47.747,48	6.360,62	0,00	54.108,10

Rubricas	Activo Bruto					
	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
De bens de domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	199.515,30					199.515,30
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas	31.563.760,16		771.606,08			32.335.366,24
Bens do património histórico, artístico e cultural						
Outros bens de domínio público						
Imobilizações em curso	12.352.563,85		3.583.668,30			15.936.232,15
Adiant. por conta de bens de domínio público						
	44.115.839,31	0,00	4.355.274,38	0,00	0,00	48.471.113,69
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de desenvolvimento	565.541,11		21.720,00			587.261,11
Propriedade industrial e outros direitos	422.971,49		25.727,50		40.495,36	408.203,63
Outras imobilizações incorpóreas						
Imobilizações em curso	335.733,89		20.113,83			355.847,72
Adiant. por conta de imobilizações incorpóreas						
	1.324.246,49	0,00	67.561,33	0,00	40.495,36	1.351.312,46
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	13.800.176,63			49.879,79		13.750.296,84
Edifícios e outras construções	57.112.410,98		243.234,10	15.521,08		57.340.124,00
Equipamento básico	3.824.794,10		65.850,50		10.440,58	3.880.204,02
Equipamento de transporte	2.199.704,98		62.311,65		2.484,54	2.259.532,09
Ferramentas e utensílios	215.475,29		8.733,92			224.209,21
Equipamento administrativo	846.475,71		47.123,38		90.603,87	802.995,22
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	2.340.694,26		104.044,58		16.254,44	2.428.484,40
Imobilizações em curso	5.308.479,46		1.045.634,17			6.354.113,63
Adiant. por conta de imobilizações corpóreas		0,00				0,00
	85.648.211,41	0,00	1.576.932,30	65.400,87	119.783,43	87.039.959,41
De investimentos financeiros						
Partes de capital	893.032,30		1.000,00			894.032,30
Obrigações e títulos de participação						
Investimentos em imóveis:	662.941,91			45.099,76		617.842,15
Outras aplicações financeiras:						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Imobilizações em curso						
Adiant. por conta de investimentos financeiros	102.372,00					102.372,00
	1.658.346,21	0,00	1.000,00	45.099,76	0,00	1.614.246,45

2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado

Não foram efectuadas reavaliações porque não existem normas que as autorizem e que definam os respectivos critérios de valorização, nos termos mencionados no ponto 4.1.11 do POCAL.

2.12 Valor global, relativamente às imobilizações corpóreas de:

- Imobilizações em poder de terceiros
- Imobilizações reversíveis

Descrição do Bem	Valor Patrimonial	Situação
<i>Zona Industrial de Amarante – Telões:</i>		
Parcela de Terreno (Lotes n.º 1)	1.892,44	Cedido em direito de superfície
Parcelas de Terreno (Lotes n.º 5)	477,85	Cedido em direito de superfície
Parcela de Terreno (Lote n.º 7)	466,83	Cedido em direito de superfície
Parcela de Terreno (Lote n.º 8)	465,78	Cedido em direito de superfície
<i>Alvará de Loteamento 12/91:</i>		
Parcela de Terreno (Lote n.º 1)	21.697,71	Cedido em direito de superfície
Parcela de Terreno (Lotes n.º 2)	23.792,66	Cedido em direito de superfície
Parcela de Terreno (Lotes n.º 4)	49.879,79	Cedido em direito de superfície
<i>Prédios rústicos Inscritos na matriz da Freguesia de Gatão:</i>		
4 prédios com áreas de 4 400 m ² , 22 500 m ² , 2 000 m ² e 41 500 m ² , cedidos à CERCIMARANTE	49.630,39	Cedido em direito de superfície
<i>Terrenos sítos na Bouça do Pombal – S. Gonçalo:</i>		
Lote de terreno com área de 1 437 m ²	64.506,93	Cedido em direito de superfície
Lota de terreno com área de 963 m ²	43.229,07	Cedido em direito de superfície
Lote de terreno com área de 953 m ²	42.781,90	Cedido em direito de superfície
Parcela de Terreno com área de 1 400 m ²	69.831,71	Cedido em direito de superfície
Lote de terreno nº.1	21.722,65	Cedido em direito de superfície
<i>Terreno sítio na Baseira – S. Gonçalo:</i>		
Lotes de terreno com área de 684 m ²	17.058,88	Cedido em direito de superfície
<i>Terrenos sítos em Louredo:</i>		
Parcela de terreno com área de 2 290 m ²	1.713,37	Cedido em direito de superfície
Parcela de terreno com área de 1 110 m ²	1.354,24	Cedido em direito de superfície
Parcela de terreno com área de 1 960 m ²	1.247,00	Cedido em direito de superfície
Parcela de terreno com área de 1 310m ²	1.247,00	Cedido em direito de superfície
<i>Parque de Campismo Penedo da Rainha</i>	148.468,37	Concessionado
<i>Prédio rústico denominado "Campo da Quinchoso", em Padronelo</i>	22.445,80	Cedido em direito de superfície
Lote de terreno com área de 2.300 m ²		
<i>Prédio urbano na freguesia de Gondar</i>		
Prédio urbano com área de 1.800m ²	63.810,00	Cedido em direito de superfície
<i>Terreno destinado ao Novo Hospital</i>	70.330,00	Cedido em direito de superfície
<i>Terreno da Escola do Alto da Lixa – Freixo de Cima</i>		
Escola do Alto da Lixa – Freixo de Cima	43.131,05	Cedido em direito de superfície
	59.857,64	Cedido em direito de superfície

2.13 Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos

Designação do Bem	Custo de Aquisição	Valor Contabilístico
Citroen C3	16.730,00	9.831,25
Opel Astra	22.363,63	13.977,27
Ford Ranger	23.455,85	16.419,09
Ford Ranger	23.256,20	16.279,34
Renault Trafic	20.585,77	12.886,11
Renault Trafic	20.585,77	12.886,11
Retroescavadora	65.790,00	56.391,42
Autocarro Volvo	246.328,43	197.062,75
Citroen C5	65.790,00	51.692,13

No final do ano de 2010, o valor total dos contratos em regime de locação financeira referente a diversas viaturas ascendia a 605.960 euros e o capital em dívida era de 306.125 euros.

Nº Contrato	Designação	Entidade Locadora	Datas do Contrato		Nº de Rendas		Valor aquisição do bem c/ IVA	Valor Residual	Capital em dívida a 31 de Dezembro de 2010
			Inicio	Fim	Pagas	Em falta			
340370	Retro-Escavadora Marca Komatsu, Modelo WB93R-5 Master Le	Caixa Leasing e Factoring	20-08-2008	20-05-2012	10	6	65.790,00	1.315,80	26.228,13
352750	Autocarro Volvo B12B Matrícula 39-HZ-66	Caixa Leasing e Factoring	10-12-2009	10-09-2013	5	11	246.328,43	9.853,14	174.809,60
400093554	Vatura Presidência Citroen C6 2.2 Hdi Exclusive ex automática. Matrícula 75-IS-01	Millennium, bcp	01-06-2010	01-03-2014	3	13	62.691,08	1.253,82	51.701,57
148808	Vatura IVECO 65C15, Mini Autocarro. Matrícula 10-35-ZO	Santander Leasing	01-06-2005	01-03-2010	20	0	86.379,41	5.489,14	0,00
171692	Ford Ranger 2.5TDi 4X4 CAB DUPLA. Matrícula 31-FA-85	Santander, Leasing	15-04-2008	15-01-2012	11	5	23.455,85	469,12	8.015,67
171693	Citroen C3 1.4HDi SX PACK. Matrícula 33-ET-57	Santander, Leasing	15-03-2008	15-12-2011	12	4	15.730,00	314,60	4.385,69
2007/104107	Renault Trafic Combi Fase II. Matrícula 32-EJ-45	BPI	05-03-2008	05-12-2011	12	4	20.585,77	1.235,15	6.334,54
2007/104108	Renault Trafic Combi Fase II. Matrícula 32-EJ-36	BPI	05-03-2008	05-12-2011	12	4	20.585,77	1.235,15	6.334,54
30026028	OPEL Astra Edition 1.7 CDTI. Matrícula 56-FR-83	BBVA	24-08-2008	24-05-2012	10	6	22.363,63	1.341,82	9.452,34
30026090	Ford Ranger 2.5 TDCI CD XL. Matrícula 32-FQ-52	BBVA	25-06-2008	25-05-2012	10	6	23.256,20	1.395,37	9.829,60
30026011	ISUZU MODELO D-MAX	BBVA	24-11-2008	24-06-2012	9	7	18.793,39	1.127,60	9.032,90
TOTAL							605.959,53	25.030,70	306.124,57

2.14 Indicação dos bens de imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das respectivas razões

Bem	Justificação da não valorização
Edifício do Solar dos Magalhães	Avançado estado de degradação e desconhecimento do seu custo de aquisição
Bens classificados como: "Obras de arte; móveis antigos; coleções e antiguidades"	Dificuldade de avaliação dada a natureza subjectiva dos bens

2.15 Indicações dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões

Os bens de domínio público considerados nas demonstrações financeiras dizem apenas respeito aos resultantes de empreitadas e aquisições de terrenos posteriores ao ano de 2003.

2.16 Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios

Entidade	Sede	Parcela detida (Euros)	Capitais próprios em 31/12/2010 (Euros)	Resultado exercício 2010 (Euros)
Camegi-Meladuro Reg. Vale Sousa e Baixo Tâmega	Penafiel	138.510,00	8.423.783,49	-47.200,50
Agência Desenvolvimento Regional Entre Douro e Tâmega	Amarante	45.370,66	*	*
RESINORTE	Celoribe de Basto	244.470,00	8.949.583	-493.168
Parque do EDT	Amarante	100.000,00	*	*
Ensino Profissional do Entre Douro e Tâmega, SA	Amarante	249.748,00		

* à data de 30/3/2011, a entidade ainda não tinha as contas relativas ao ano de 2010 aprovadas

2.17 Relativamente aos elementos incluídos nas contas «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria», indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço

O Município de Amarante não possui «Títulos negociáveis» nem elementos susceptíveis de serem incluídos na rubrica «Outras aplicações de tesouraria».

2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do ano era de 428.485 euros.

2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora

As dívidas da Autarquia para com o Estado encontram-se dentro dos prazos legais para pagamento sem quaisquer encargos adicionais.

2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança:

Contas de Ordem

Designação das contas	Saldo da Gerência anterior		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e cauções		3.887.762,40		2.733.047,51
Recibos para cobrança		479.406,33		573.290,91

2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Cód. das Contas	Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões cobranças duvidosas	391.474,00	37.010,74		428.484,74

2.28 Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 - Fundo Patrimonial, constantes do balanço

Os Fundos Próprios em 31/12/2010 apresentavam o montante de 90.704.372 euros, sendo que 4.334.513 euros diziam respeito ao Resultado Líquido do Exercício e 80.503.856 euros à rubrica do Património.

2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	77.209,31
Compras	906.926,65
Existências finais	59.507,73
Custos no exercício	924.628,23

2.31 Demonstração dos resultados financeiros

Cód. Contas	Custos e perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2010	2009			2010	2009
681	Juros suportados	144.345,40	278.218,39	781	Juros obtidos	7.509,35	16.744,10
683	Amortizações de investimentos em imóveis	6.360,62	6.360,62	782	Ganhos em entidades participadas	800,00	23.964,39
688	Outros custos e perdas financeiros	9.132,00	7.394,29				
TOTAL		159.838,02	291.973,30		TOTAL	8.309,35	40.708,49

2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

Cód. Contas	Custos e perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2010	2009			2010	2009
691	Transferências capital concedidas	916.929,89	2.764.858,43	791	Restituição de impostos	8.581,99	11.532,05
693	Perdas em existências	4.272,98	1.186,47	793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	48.418,94	54.120,82	794	Ganhos em imobilizações	215.496,97	49.501,17
695	Multas e penalidades		3.268,15	795	Benefícios de penalidades contratuais	40.840,25	21.348,08
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	3.581,37	51.903,50	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	71.221,49	5.653,92
698	Outros custos e perdas extraordinários	74.327,07	122.076,85	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	328.356,38	337.747,36
TOTAL		1.047.530,25	2.997.412,22	TOTAL		664.497,08	425.782,58

2.33 Outras informações adicionais:

Indicadores financeiros mais significativos:

Indicadores Financeiros			
Resultados	2008	2009	2010
Operacionais	6.700.209,88	4.839.900,49	4.869.074,42
Financelros	-370.092,71	-251.264,81	-151.528,67
Correntes	6.330.117,17	4.368.635,68	4.717.545,75
Extraordinários	-2.619.816,53	-2.571.629,64	-383.033,17
Líquidos do exercício	3.710.300,64	1.817.006,04	4.334.512,58

Resultados Operacionais:

- o conjunto dos proveitos operacionais, que em 2010 representou cerca de 98% dos proveitos globais do Município, está fortemente condicionado pela evolução dos impostos e taxas (imposto municipal sobre imóveis, imposto sobre veículos, imposto municipal sobre transmissões onerosas de bens e taxas e loteamentos), das vendas e prestação de serviços e das transferência e subsídios obtidos (onde se realça o FGM e FCM);

- nos custos operacionais, que representam 95% dos custos totais, salientam-se os inerentes ao pessoal, os fornecimentos e serviços externos, as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais e as amortizações do exercício;

Resultados Financeiros:

- em 2010, os resultados financeiros apresentam um valor negativo de 151.529 euros. Os proveitos financeiros, que incluem juros obtidos de depósitos à ordem, juros de depósitos a

prazo e rendimentos de imóveis registaram o valor de 8.309 euros, e revelaram-se insuficientes para cobrir os custos financeiros, no valor de 159.838 euros;

Resultados Extraordinários:

- os resultados extraordinários apresentam um valor negativo de 383.033 euros;
- nos custos extraordinários que ascenderam a 1.047.530 euros, as componentes que mais sobressaíram foram as relativas a transferências de capital para as Freguesias e Associações Municipais e as indemnizações pagas;
- Relativamente aos proveitos extraordinários, que atingiram 664.497 euros, evidenciaram-se os ganhos em imobilizações, benefícios de penalidades contratuais e as transferências de capital.

Rácios de Rendibilidade:

Rácios	2008	2009	2010
Rendibilidade dos capitais próprios	4,4%	2,1%	4,8%
Rendibilidade dos capitais totais	3,9%	1,9%	4,3%
Rendibilidade do activo total	3,5%	1,8%	3,8%
Rendibilidade do activo fixo	3,6%	1,7%	3,9%
Rendibilidade das vendas e prest. Serv.	74,4%	42,3%	90,1%
Rendibilidade dos investimentos	6,4%	4,1%	4,2%

A taxa de rendibilidade dos capitais próprios, que corresponde à aptidão da entidade para libertar meios financeiros que assegurem não só a renovação dos instrumentos de produção, como também o seu crescimento e a remuneração dos capitais do Município, apresenta valor positivo.

Por seu turno, todas as outras rendibilidades seguem esta tendência positiva apresentando o valor mais significativo a rendibilidade das vendas e prestações de serviços.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta a análise traçada das actividades, da execução orçamental e da situação patrimonial da Câmara Municipal referente ao ano de 2010, devidamente enquadrada pelas inúmeras limitações financeiras, económicas e técnicas com que se deparou ao longo do ano, bem como ao facto de todos os indicadores legais e obrigatórios terem sido cumpridos e os objectivos a que o Executivo se propôs terem sido globalmente conseguidos, julgo estarem reunidas as condições objectivas para que estes documentos sejam apreciados favoravelmente.

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Dispõe ainda aquela norma que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas legais", no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício e que é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta Património corresponda a 20% do Activo Líquido.

Nesta conformidade, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 4.334.512,58 euros, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas legais: 216.725,63 euros

Património: 4.117.786,95 euros

Paços do Município de Amarante, 29 de Março de 2011

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Armindo José da Cunha Abreu

<http://www.cm-amarante.pt/>

